



**Gestão A Diversidade nos Fortalece (2026-2028)**

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ESTADUAL HÍBRIDA DO SINASEFE-IFBA/CMS,  
REALIZADA DIA 20/02/2026.

Aos vinte dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e seis, deu-se início a Assembleia Geral Estadual Híbrida, do SINASEFE-IFBA/CMS, para discutir os seguintes pontos de pauta: 1. Informes; 2. Greve; 3. Eleição da delegação da Seção IFBA/CMS para 207ª Plenária Nacional, que será realizado entre os dias 27 de fevereiro e 1º de março de 2026; 4. O que ocorrer. **Detalhes: Sentimentos e Minuto de Silêncio:** O encontro começou com a expressão de sentimentos a Rosa e o pedido de um minuto de silêncio em consideração à passagem de Rosane, que foi lembrada como presente. Rosa Maria Mota Costa e Teresa Bahia reforçaram a presença de Rosane. **Aprovação da Pauta da Assembleia:** A pauta para a assembleia foi apresentada, incluindo os temas de greve, eleição de delegado para a plena 207 e o que ocorrer. Como não houve sugestões de inserção ou contestação, a pauta da assembleia foi aprovada. **Informes e Contexto da Greve:** A assembleia foi convocada devido à iminente plenária nacional do SINASEFE, marcada para o final de fevereiro, onde seria deliberada a questão da greve. A greve seria motivada, principalmente, pelo não cumprimento integral do acordo de greve. **Discussão sobre o Projeto de Lei do RSC TAE:** Foi relatado que a proposta inicial de RSC TAE, que gerou a convocação da plenária, foi esvaziada e substituída por um projeto de lei. Embora suavizada após negociações no MGI, a proposta ainda não contempla o que a categoria desejava, conforme relatório entregue no ano anterior. **Tramitação e Insatisfações do Projeto de Lei:** Há expectativas de que o PL, que também trata do Instituto Federal da Paraíba e de questões da carreira docente, passe pelo Senado na próxima semana sem grandes mudanças, indicando um desejo de resolver a situação rapidamente. Entre as insatisfações da categoria com o acordo de greve de 2024, destacam-se o não cumprimento das 30 horas TAE, o reposicionamento de aposentados e a não regularização da atividade docente. **Avanços e Limitações na Carreira TAE:** Foi mencionada a mudança na regra para a candidatura a diretores de *campus* em Institutos Federais, permitindo que TAEs com nível superior, e não apenas de nível superior, se candidatem. No entanto, a questão do TAE Reitor não foi alterada nas universidades nem nos institutos federais, e os aposentados foram excluídos da proposta de RSC. **Regulamentação do RSC TAE e Importância da Participação:** Está prevista uma reunião da Comissão Nacional de Supervisão da Carreira TAE (CNSC) para discutir a



**Gestão A Diversidade nos Fortalece (2026-2028)**

regulamentação do RSC, que definirá como cada instituição o operacionalizará. É fundamental a participação da categoria na comissão local (SIS), pois a implementação e operacionalização do RSC dependem de trabalho humano e organização interna. **Informes Adicionais e Editais:** Foi anunciado que um edital de mulheres seria publicado, com o número de projetos contemplados aumentado de seis para dez, e as inscrições seriam abertas no mesmo dia. Também foi lembrado o próximo 8M (Dia Internacional das Mulheres). **Ponto de Pauta: Greve e Posicionamento Local:** O ponto principal da assembleia era a discussão da greve, uma decisão resultante do último CONGRESSO SINASEFE, que convocou uma plenária para deliberar sobre a adesão. A posição da sessão IFBA deve ser decidida internamente para orientar o voto dos delegados na plenária nacional, independentemente de sua posição pessoal. **Análise da Conjuntura para a Greve:** O principal motivo para a greve é o não cumprimento integral dos termos do acordo anterior, tanto para as carreiras TAI quanto docente. Há um cenário de baixa disposição para mobilização devido à greve anterior em 2024, que foi longa e desgastante, e por ser um ano eleitoral. **Impacto da Greve no PL do RSC TAE:** Foi esclarecido que é muito difícil alterar o projeto de lei do RSC TAE nesta fase de tramitação, pois o PL é um "pacotão aglomerado" que foi aprovado por aclamação na Câmara dos Deputados, sem debate. Qualquer mudança na redação do PL implicaria um retorno à Câmara, para o qual não há disposição política. **Posição do SINASEFE sobre Aglutinação de Níveis:** Em resposta a uma questão, Teresa Bahia afirmou que a proposta protocolada pelo SINASEFE era a aglutinação dos níveis A e B e dos níveis C e D (com equiparação salarial), abrangendo todos os cargos. No entanto, essa aglutinação foi negada e não foi assinada no acordo de greve de 2024. **Histórico da Bandeira do RSC e Racionalização:** Rosa Maria Mota Costa e Teresa Bahia lembraram que a pauta do RSC não era historicamente defendida pela FASUBRA e ANDES, sendo uma proposta genuinamente fortalecida pelo SINASEFE. A FASUBRA e o Andes não defendem o TAE Reitor. **Debate sobre o Momento da Greve:** Ana Carneiro expressou a preocupação de que, embora a greve seja o ideal para demonstrar insatisfação, a categoria está enfraquecida, e o tempo limitado devido ao ano eleitoral pode comprometer o movimento. Ednaldo Silva Gomes e Catia Almeida de Andrade também questionaram se a base tem a "musculatura" e as condições psicológicas e físicas para enfrentar uma nova greve, citando o desgaste da última e a falta de apoio de alguns docentes. **Argumentos a Favor da Greve:** Rosa Maria Mota Costa enfatizou que todas as conquistas foram obtidas por meio de greves e que a



**Gestão A Diversidade nos Fortalece (2026-2028)**

união é necessária para lutar pelos TAEs e, em particular, pelos aposentados. Ana Carneiro também argumentou que o SINASEFE é um sindicato único (TAEs e docentes), e a dependência dos docentes fragiliza os TAEs, que são essenciais para o funcionamento dos institutos. **Próximos Passos para a Votação da Posição Local:** A assembleia votaria a posição da sessão sindical sobre a adesão à greve. Essa posição seria levada à plenária nacional do SINASEFE, na qual a sessão IFBA teria dois votos: um da direção e outro de um delegado eleito pela base. **Posição sobre a Greve e as 30 Horas:** Daise Moitinho levantou a preocupação de que a luta pelas 30 horas para todos os servidores parece estar fracassando, especialmente porque a flexibilização foi restringida àqueles que atendem o público externo, excluindo quem trabalha diretamente com estudantes ou servidores. Ela criticou o atual governo por não cumprir integralmente os acordos de greve assinados pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), o que tem prejudicado os direitos dos servidores. Daise Moitinho afirmou que a questão central não é esperar pelas eleições, mas sim a concretização dos direitos acordados. **Análise da Força Sindical para a Greve:** Catia Almeida de Andrade expressou preocupação sobre se o movimento tem a força necessária para enfrentar uma greve, destacando que a unidade é fundamental para a força da paralisação. Elas enfatizaram a necessidade de ouvir a base, que deve ser consultada para decidir sobre a adesão e o formato de uma potencial greve, que deve envolver tanto técnicos quanto professores. Elas também mencionaram que o governo atual permitiu a luta sindical. **Questionamento sobre a Judicialização do Acordo de Greve:** Alex Fabiano Pimenta Machado de Castro perguntou sobre a possibilidade real de judicializar o acordo de greve caso ele não seja cumprido. Teresa Bahia respondeu que, embora não soubessem sobre a questão jurídica, o não cumprimento de acordos de greve já ocorreu no passado, sendo esta, uma questão mais política do que legal. **Discussão sobre Força Política e Impacto da Greve:** Alex Fabiano Pimenta Machado de Castro questionou se os sindicatos (SINASEFE e FASUBRA) possuem força política suficiente para pressionar o governo, especialmente considerando que outras categorias, sem greve, obtiveram reconhecimento de direitos. Teresa Bahia rebateu a questão, perguntando sobre o impacto real e imediato na sociedade de uma greve na educação, em comparação com greves de aeroportuários ou do INSS. Teresa Bahia defendeu que, para maior impacto, o movimento deveria buscar uma greve do serviço público federal e abarcar as pautas dos trabalhadores e trabalhadoras do país. **Elementos Essenciais para a Discussão de Greve:** Rebeca Carla de Souza Vivas



**Gestão A Diversidade nos Fortalece (2026-2028)**

identificou três elementos principais para ponderar sobre a greve como instrumento de luta: a conjuntura, o estado de consecução das pautas e o estado do movimento. Elas observaram que a dificuldade em realizar uma assembleia presencial reflete o estado do movimento, que, embora mobilizado, está desarticulado. A necessidade de articular a luta internamente e externamente foi destacada, inclusive por meio de formações intersindicais. **Avaliação da Conjuntura e Necessidade de Ação Imediata:** Rebeca Carla de Souza Vivas afirmou que a conjuntura atual é desfavorável e que o próprio governo age para desmobilizar os sindicatos, inclusive através de divisões de base. Elas concluíram que, mesmo que o movimento não tenha força para uma greve de qualidade no momento, é necessário construir essa força e tirar encaminhamentos imediatos. Uma sugestão de encaminhamento foi realizar uma assembleia geral presencial antes do final do primeiro semestre de 2026 para reavaliar o movimento. **Discussão e Votação da Posição da Sessão para a Plenária 207:** Teresa Bahia conduziu a votação da posição da sessão SINASEFE IFBA CMS a ser levada à Plenária 207, que ocorrerá de 27 de fevereiro a 1º de março em Brasília. Em relação à equiparação de benefícios, foi informado que essa é uma pauta recorrente do FONASEFE e FONACAT, e que a possibilidade de avanço este ano é baixa. **Resultados da Votação sobre a Adesão à Greve:** A votação sobre a adesão ao movimento grevista resultou em 24 votos favoráveis, 18 votos contrários, e 14 abstenções. O posicionamento da sessão SINASEFE IFBA CMS favorável à greve 2026 foi aprovado, e os presentes foram solicitados a assinar a lista de presença para a validação da inscrição em Brasília. **Eleição do(a) Delegado(a) para a Plenária 207:** Foi aberta a eleição para o(a) segundo(a) delegado(a) da sessão sindical na Plenária 207, que será presencial, já que um representante é da direção sindical. Ademir de Jesus Costa e Daise Moitinho se candidataram. Ademir de Jesus Costa expressou o desejo de trazer informações e clareza para a sessão, enquanto Daise Moitinho defendeu a manutenção da posição de luta pela greve, citando a última como exemplar e necessária para pressionar o governo. **Votação e Resultado para Delegado(a):** A votação para o(a) delegado(a) da plenária resultou em um voto para Ademir de Jesus Costa, 27 votos para Daise Moitinho, e 13 abstenções. Daise Moitinho foi eleita para representar a sessão, e elas agradeceram o apoio, reiterando a importância da luta sindical frente aos retrocessos e ao tratamento inadequado dado aos servidores. **Proposição de Nota de Repúdio (O que Ocorrer):** Ana Carneiro propôs levar à plenária uma nota de repúdio contra a recente decisão de um Tribunal de Justiça em Minas Gerais que considerou união estável



**Gestão A Diversidade nos Fortalece (2026-2028)**

a relação de um homem de 35 anos com uma criança de 12 anos, um ato criminoso que caracteriza exploração sexual e estupro de vulnerável. A proposição para levar a nota de repúdio à plenária nacional foi aprovada por votação simbólica. **Aprovação da Carta de Repúdio:** Foi aprovada, por unanimidade dos presentes, uma carta de repúdio sobre uma decisão judicial que transformou atos de vulneráveis em união estável. Este tipo de ato é classificado como crime inafiançável. **Propostas de Pauta para a Plenária Nacional (Incentivos Fiscais e Teto de Gastos):** Jose Luiz Ressurreição dos Santos propôs que a plenária nacional do sindicato inclua na pauta de negociações a denúncia dos incentivos e renúncias fiscais concedidos a setores que não precisam de recursos. Eles também enfatizaram a necessidade de combater a imoralidade do teto de gastos, que impede investimentos essenciais em saúde e educação. **Propostas de Pauta para a Plenária Nacional (Crimes com Dinheiro Público):** Foi proposto que todo roubo, desvio e fraude envolvendo dinheiro público seja tornado hediondo, imprescritível e inafiançável. A proposta foi aprovada após votação, com 14 votos favoráveis, para ser incluída nas negociações com o governo federal, abrangendo a questão dos incentivos fiscais e o orçamento público. **Chamamento para Composição da SIS (Comissão de Inscrição em Serviço):** Teresa Bahia fez um apelo para que mais pessoas se candidatem à composição da SIS para que seja possível viabilizar o Recurso de Reconhecimento de Saberes e Competências (RSC). Foi esclarecido que o preenchimento das 12 vagas de membro titular seria por sorteio, e havia preocupação com a falta de interessados em abraçar a comissão. **Proposta de Judicialização do Acordo de Greve:** Foi proposta e aprovada a avaliação da possibilidade de judicializar o não cumprimento dos acordos de greve, uma sugestão levantada pelos companheiros Alex e Solange. Com 25 votos a favor, esse encaminhamento será levado para a plenária nacional. **Inclusão da Sonegação de Impostos na Pauta Fiscal:** Jose Luiz Ressurreição dos Santos sugeriu incluir a sonegação de impostos na pauta de discussão, pois representa anualmente 500 bilhões de reais que não entram nos cofres públicos. Eles destacaram que a carência de fiscais da Receita Federal é um fator que contribui para a sonegação, e a questão foi aglutinada na proposta anterior sobre a questão fiscal. **Lançamento do Edital Mulheres 2026 e 8M:** Foi anunciado o lançamento do edital Mulheres 2026, com inscrições de hoje até 4 de março, visando financiar 10 projetos. O tradicional ato de 8 de março (8M) terá como tema "Pela vida das mulheres contra o imperialismo, por democracia, soberania e pelo fim da escala 6.1", com participação aberta a todos. **Proposta de Representação em Tribunais Superiores e no**



**Gestão A Diversidade nos Fortalece (2026-2028)**

**Congresso Nacional:** Jose Luiz Ressurreição dos Santos sugeriu que o 8 de março incluía a pauta de nomear apenas mulheres e pessoas pretas para os tribunais superiores até que se alcance um equilíbrio numérico com a população brasileira. Também propuseram que no Congresso Nacional 50% das mulheres com maior número de votos sejam eleitas, independentemente de receberem recursos do partido. **Discussão sobre Assembleia Presencial ou Híbrida:** A proposta inicial de Rebeca Carla de Souza Vivas para realizar uma assembleia presencial no primeiro semestre para avaliar o movimento foi discutida. Dayb Manuela argumentou que assembleias exclusivamente presenciais são restritivas, enquanto o modelo híbrido favorece maior participação, crucial para a filiação e o movimento. **Definição da Proposta de Encontro Presencial:** A proposta de Rebeca Carla de Souza Vivas foi consolidada como a realização de uma assembleia geral, cuja pauta seja a organização do movimento, incentivando a maior presença física de todas as unidades. A assembleia não seria restrita ao presencial, mas visaria um incentivo maior à presencialidade para reverter a desmobilização observada no movimento, onde a maioria das participações é remota. **Encerramento da Assembleia:** Teresa Bahia agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a assembleia geral estadual, anunciando que os encaminhamentos seriam levados para a Plenária 207 em Brasília. Foi solicitado que todos que não o fizeram assinem a lista de presença. **Próximas etapas sugeridas:** Daise Moitinho representará a sessão SINASEFE IFBA CMS como delegada na plenária 207 em Brasília, defendendo a posição favorável à greve 2026. O grupo deve avaliar a possibilidade de judicializar o não cumprimento dos acordos de greve. Sem mais nada a tratar eu, Rosa Virginia Pinheiro, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai assinada por mim e, os demais presentes, em lista de presença anexa. Salvador, 20 de fevereiro de 2026.